

2 Fordismo e Keynesianismo

A construção do conceito de trabalho imaterial passa pela análise da crise do Fordismo e do *Welfare State*, centrais para o que Negri concebe de forma ampla como Estado interventor. Para o enquadramento do tema no contexto histórico, propomos neste primeiro capítulo uma retomada do processo histórico-político do surgimento e consolidação do Fordismo e das políticas keynesianas a partir da Grande Depressão que teve como estopim o colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

O cenário histórico-político no qual nos deteremos inicialmente são os Estados Unidos no período entre guerras, onde se expandiu o Fordismo e a partir de 1929 floresceram as medidas intervencionistas do *New Deal*.

2.1 Crise do capitalismo e o *New Deal*

Nos anos de 1920, enquanto a Europa ainda sofria as consequências da Primeira Grande Guerra (1914-1918) e do Tratado de Versalhes (1919), os Estados Unidos já eram a maior economia mundial. Vivia-se um momento de prosperidade e de confiança que se estendeu até o ano de 1929, com o colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

No *Golden Twenties*, os Estados Unidos se tornaram os maiores produtores e exportadores mundiais de industrializados, carvão, aço, ferro, eletricidade, petróleo, metais não-ferrosos, fibras têxteis artificiais, dentre outros produtos, o que tornava evidente para o mundo a pujança de sua produção econômica.

O sentimento geral até fins de 1929 era de tranquilidade e confiança¹. Este foi o período inicial das práticas taylorista e fordista. F. W. Taylor defendeu em *Os Princípios da Administração Científica*, publicada em 1911, a tese segundo a qual

¹ Havia razão para tal otimismo: Entre 1925 e 1929, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 183.900 para 206.700; o valor da produção dessas empresas aumentou de 60,8 bilhões de dólares para 68 bilhões. Em 1926, foram produzidos 4.301.000 automóveis, chegando à cifra de 5.358.000 em 1929. Cf. GALBRAITH, J. K. *O colapso da bolsa de valores, 1929*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972. p. 38.

a produtividade industrial poderia ser radicalmente ampliada através da decomposição do trabalho manual do operário em movimentos simples e tarefas organizadas como parte reduzida de um processo global de produção. Esta foi uma inovação implementada por Henry Ford, em 1914, ao instalar a linha automática de montagem em sua nova fábrica de automóveis no estado de Michigan, aliada a uma série de práticas tendentes à produção e consumo em massa.

Nesta década de prosperidade, tanto quanto o desempenho da economia norte-americana, tornou-se notória a vontade do americano comum de enriquecer com o menor esforço, e o melhor lugar para isso era investir no mercado de ações².

No curso do ano de 1929, entretanto, a produção industrial entrou em declínio³ e, em seguida, o *boom* do mercado de ações chegou ao fim. Em outubro de 1929, o pânico tomou conta dos investidores da Bolsa de Valores de Nova Iorque e, posteriormente, de todo o país. A maior economia do mundo ingressou num severo período de depressão⁴, que logo se tornou uma crise de proporção mundial, atingindo as economias capitalistas de forma generalizada.

² O economista Heilbroner ilustra a lucratividade da ciranda especulativa, àquela época acessível a todos que tinham algum dinheiro para investir, com os seguintes números: “Suponha que esse homem tivesse comprado ações em 1921 com os US\$ 780 que havia economizado ao ritmo de US\$ 15 por semana. Em 1922 seu dinheiro valeria US\$ 1.092. Se ele, então, acrescentasse mais US\$ 780 por ano, estaria com US\$ 4.800 em 1925; com US\$ 6.900 um ano depois; com US\$ 8.800 em 1927 e com espantosos US\$ 16.000 em 1928. Incrível? Em maio de 1929 ele alcançaria o total de US\$ 21.000 — valendo dez vezes mais do que iria valer na década de 1980”. HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 232.

³ “No outono de 1929 a economia estava em plena depressão. Em junho, os índices da produção industrial e fabril alcançaram o máximo e caíram. Em outubro, o índice da produção industrial, segundo a Reserva Federal, mantinha-se em 117, em comparação com 126, quatro meses antes. A produção de aço declinou a partir de junho; em outubro, as cargas ferroviárias caíram. A construção de casas, uma das indústrias mais ativas, vinha caindo há muitos anos, e baixou ainda mais em 1929. Finalmente, ruiu o mercado de ações. Um estudioso profundo do comportamento econômico desse período disse que a queda do mercado ‘refletiu, principalmente, a transformação que já estava evidente na situação industrial’(*)”. GALBRAITH, J. K. *O colapso da bolsa de valores, 1929*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972. p. 127. (*) Galbraith refere-se a Thomas Wilson, em *Fluctuations in income and employment*.

⁴ Os números apontam o tamanho do estrago: em 1930 o produto nacional norte-americano caiu de US\$ 87 bilhões para US\$ 75 bilhões; em 1931 para US\$ 59 bilhões; em 1932 para US\$ 42 bilhões “Em 1933 a nação estava virtualmente prostrada. O produto nacional do país chegara a US\$ 39 bilhões. Mais da metade da prosperidade de apenas quatro anos antes tinha desaparecido sem deixar traço; o padrão médio de vida estava novamente onde estivera vinte anos antes. Nas esquinas, nas casas, nas Hoovervilles, 14 milhões de desempregados pesavam sobre o país. Parecia que o espírito de orgulhosa esperança tinha sido eliminado da América para sempre.” HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 233-234.

A crise em que os países de capitalismo dominante mergulharam a partir da década de 30 foi objeto de detalhada análise pelo economista britânico John Maynard Keynes⁵. A conservadora crítica keynesiana defendeu que a crise não era uma conjuntura própria da economia estadunidense, mas uma depressão generalizada: decorreu do próprio desenvolvimento econômico da década de 1920, com a ampliação da oferta em razão da reconversão da produção industrial após a Primeira Grande Guerra, do avanço tecnológico e do aumento da produtividade, sem que a crescimento da oferta fosse acompanhado pela ampliação da demanda.

Quando Franklin Delano Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos em março de 1933⁶, deu início uma nova política econômica e social para resgate da economia norte-americana que ficou conhecida como *New Deal*. O programa desenvolveu-se a partir de algumas linhas fundamentais. Por um lado, configurou-se como combate a situação de emergência. Naquele momento era fundamental criar meios para minimizar a miséria em que boa parte da população desempregada foi lançada. Em outra frente, implementaram-se reformas econômicas e regulação de setores da economia, com a criação de diversas agências federais, além da realização significativa de investimentos públicos para estimular a produção e o consumo, incentivar os investimentos privados e restaurar a confiança.

Em 1934, Keynes esteve em Washington e teve a oportunidade de conhecer o conjunto de medidas do governo norte-americano. Sua principal obra, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada em 1936, não apresentou propriamente uma proposta nova e radical, mas expôs uma boa compreensão dos acontecimentos. Keynes apontou a correção das medidas que já tinham sido

⁵ John Maynard Keynes foi um dos principais pensadores no processo de autocritica do capital na crise da primeira metade do século XX, tornando-se o que Heilbroner chamou de “o arquiteto do Capitalismo Viável”. In. HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 236. As teses keynesianas são de grande importância para a crítica feita por Negri às “soluções” dadas à crise de 1929 e que se tornarão germe da crise que se propagou pelos países capitalistas dominantes nas décadas de 1960 e 1970. Cf. NEGRI, A. John Maynard Keynes y la teoria capitalista del Estado em 1929. In. NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003.

⁶ Franklin Delano Roosevelt, eleito pelo Partido Democrata, assumiu a presidência dos Estados Unidos da América em 04 de março de 1933, para seu primeiro mandato. Foi o primeiro e último presidente a ser reeleito para mais de dois mandatos seguidos, falecendo em 12 de abril de 1945 no curso do quarto mandato. Em 1947, o Congresso norte-americano aprovou a Emenda Constitucional n° 22 que vedou a reeleição para Presidente para mais do que dois mandatos.

adotadas pelo *New Deal* e defendeu seu aprofundamento como solução para a crise. Segundo ele, a catástrofe que atingira a América e, na sequência, todos os países capitalistas, tinha como causa a insuficiência dos investimentos privados, de tal sorte que caberia ao governo tomar esta tarefa para si⁷.

A recuperação da economia estadunidense não foi imediata. A atuação do governo como investidor foi interpretada pelo mundo dos negócios como um ameaça, sendo vista com grande desconfiança. Mas, principalmente, o programa de investimentos do governo norte-americano se realizou em proporções modestas diante do que seria necessário para estimular o crescimento econômico e afastar o fantasma do desemprego⁸.

2.2

Um novo acordo para o mundo

Com o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), os países aliados, em especial Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, reuniram-se mais uma vez para decidir o futuro da Europa e do resto do mundo. Mas agora o acordo de paz precisava se dar em termos diversos do Tratado de Versalhes, e neste ponto a

⁷ Heilbroner buscou sintetizar em poucas linhas a tese central de *The General Theory* da seguinte forma: “este era o sombrio diagnóstico de *The General Theory*: Primeiro, uma economia em depressão pode permanecer assim. Não há nada inerente no mecanismo econômico para tirá-la deste estado. Pode-se ter ‘equilíbrio’ com desemprego, mesmo desemprego maciço. Segundo, prosperidade depende de investimento. Se caírem os capitais das empresas para gastos com equipamentos, uma espiral de contração pode ocorrer. Irá seguir-se uma espiral de expansão apenas se os investimentos aumentarem. E, terceiro, o investimento era uma roda motriz não confiável da economia. Incerteza e falta de confiança estão no âmago do capitalismo. Mesmo sem erros dos empresários, ele era constantemente ameaçado pela saciedade e a saciedade significa declínio econômico.” E complementa, “e se o investimento não pudesse ser estimulado diretamente, então o consumo poderia. (...) o consumo proporciona o grande patamar no qual se apoia a atividade econômica; deste modo, pensava-se que os projetos de obras públicas atacariam o problema com uma faca de dois gumes: ajudando diretamente a manter o poder de compra das pessoas que de outra forma permaneceriam desempregadas e liderando o caminho para a retomada da expansão privada dos negócios.” HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 254-255.

⁸ “O gasto total do governo, que ficou no patamar dos US\$ 10 bilhões de 1929 a 1933, subiu para US\$ 12 bilhões, US\$ 13 bilhões e então US\$ 15 bilhões em 1936. Os investimentos privados reagruparam-se e recuperaram dois terços de suas perdas: empresas particulares investiram US\$ 10 bilhões em 1936. A renda nacional e o consumo nacional subiram 50 por cento depois de três anos de injeções governamentais. E ainda assim havia desemprego; era uma situação manejável, no entanto ainda havia 9 milhões de desempregados.” Comparativamente, os investimentos governamentais após a Segunda Guerra Mundial atingiram US\$ 103 bilhões. HEILBRONER, R. *A história do pensamento econômico*. Trad. Therezinha M. Deutsch e Sylvio Deutsch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 256-257.

experiência de Keynes foi relevante⁹.

Os aliados reuniram-se em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos, e o resultado do encontro deveria assegurar a “cooperação” entre os Estados. Os países europeus estavam preocupados com a reconstrução de suas economias. Por seu turno, os Estados Unidos precisavam assegurar a reestruturação dos mercados nacionais para expandir o fluxo de comércio internacional para seus produtos, bem como garantir sua supremacia frente ao bloco socialista que se formava.

Outra preocupação das autoridades em Bretton Woods foi evitar, ou ao menos minimizar, as disputas financeiras que muito habitualmente levavam às guerras entre os Estados. Ao fim da convenção, propôs-se a criação de um banco e um fundo monetário mundiais, nasceram, assim, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), constituídos com a missão de guarda do fluxo internacional da moeda.

Também visando dar estabilidade à economia mundial instituiu-se um sistema cambial atrelado ao dólar, que por sua vez se fixava no ouro (padrão dólar-ouro). Por este sistema o dólar seria livremente aceito com o compromisso de ser trocado por uma paridade com o ouro fixada em 35 dólares por onça (28,349 gramas). As taxas de troca das moedas nacionais pelo dólar deveriam ser praticamente fixas, a variação permitida foi de 1%, para cima ou para baixo. Os bancos centrais dos países se comprometiam a comprar dólares caso a paridade estabelecida fosse ameaçada. Desta forma, o dólar substituiu o ouro e tornou-se a

⁹ Keynes participou da Conferência de Paz ao fim da Primeira Guerra Mundial que resultou na assinatura do Tratado de Versalhes. Foi enviado como representante do chanceler do Ministério da Fazenda do *Supreme Economic Council*, mas era apenas do segundo escalão e não tinha poder para interferir diretamente nas negociações. Indignado com os termos do Tratado, que considerou uma “paz vingativa”, abandonou a Conferência. No calor dos acontecimentos escreveu o ensaio *The Economic Consequences of the Peace*, em que procurou descrever o ambiente, os personagens, os termos do Tratado e suas possíveis consequências. Neste texto apaixonado escreveu que “Ali [na Conferência de Paris], o futuro da Europa não constituía uma preocupação; seus meios de subsistência não causavam ansiedade. As preocupações da Conferência, boas e más, se relacionavam com fronteiras e nacionalidades, com o equilíbrio de poder, a expansão imperialista, o futuro enfraquecimento de um inimigo forte e perigoso, com a vingança e a transferência pelos vitoriosos de uma carga financeira insuportável para os ombros dos vencidos.” A partir de sua análise da situação da Europa, Keynes apresenta como possíveis soluções: “Dirigindo-me assim àqueles que aceitam que a Paz de Versalhes não poderá ser implementada proponho o exame de um programa com as seguintes partes: I. A revisão do Tratado. II. A liquidação das dívidas entre os aliados. III. Um empréstimo internacional e a reforma monetária. IV. As relações da Europa Central com a Rússia.” Em Bretton Woods, a experiência de Keynes não foi ignorada e muitas de suas propostas foram incorporadas ao plano final. Cf. KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0042.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

moeda mundial.

A hegemonia dos Estados Unidos entre os países capitalistas no pós-guerra marcou a consolidação de dois movimentos iniciados na economia norte-americana no período entre guerras: a expansão do Fordismo, caracterizado pela racionalização do trabalho e elevação de salários para a produção e consumo em massa, e a legitimação do Estado para intervir na economia através das políticas keynesianas, constituindo o que se pode considerar o Estado capitalista contemporâneo.

Até o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de produção fordista expandiu-se de forma significativa apenas nos Estados Unidos. Nos países europeus persistia em grande parte a produção tendo como mão de obra o operário qualificado com conhecimento técnico e habilidade para o desempenho do seu ofício no interior do processo de produção. Aquele representava à época um forte elemento na organização da luta de classes, uma vez que preservava em alguma proporção o controle sobre o processo de produção.

Após 1945, diante da necessidade de reconstrução das economias europeias e japonesa com os investimentos americanos, seja como medida de ocupação, seja através do Plano Marshall ou investimentos das grandes corporações, o Fordismo se consolidou como modo de produção amplamente utilizado nas indústrias dos países capitalistas dominantes, a partir dos fatores e com as consequências que serão analisadas adiante.

O Estado, através das políticas keynesianas, ocupou todos os espaços da vida social para a organização da produção e do trabalho e para a ordenação da vida da população. Passou a regular os investimentos e a demanda, assumiu o controle do mercado nacional e a prestação de diversos serviços, subordinando todas as articulações produtivas e reprodutivas da sociedade.

Combinado com o Fordismo, o *Welfare State* constituiu-se como uma série de políticas estatais e investimentos governamentais com o fim de cobrir riscos sociais como o desemprego, a velhice, a doença, etc. Criou-se na estrutura do Estado uma série de serviços com a finalidade de garantir à população em dimensões quase universais, condições adequadas de moradia, saúde, educação, formação profissional. Além do próprio aumento da média salarial nos países de capitalismo avançado, visando transformar a massa operária em massa de

consumidores. O salário da fábrica era complementado pelo salário social através desse amplo leque de serviços públicos. Estes serviços, longe de terem caráter assistencial, de forma mais profunda, destinavam-se a ordenar a vida produtiva da sociedade.

2.3 Fordismo e o Estado interventor

No modo de produção capitalista, o Fordismo se conjugou com o Taylorismo, embora dele tenha se diferenciado. Este último pode ser definido como técnica de racionalização do processo de trabalho com efetivo ganho de produtividade através da decomposição e massificação da força de trabalho. Valeu-se da simplificação das tarefas do operário e sua execução na forma de gestos e movimentos repetidos. Aliado ao Taylorismo, o Fordismo avançou e deu origem ao que Antonio Gramsci¹⁰ caracterizou como “um novo tipo de trabalhador”.

Com a consolidação do Fordismo, o proletário transformou-se no operário sem atributos, com a função de se integrar ao movimento da máquina, incapaz de se reconhecer no resultado de seu trabalho e com pouquíssima capacidade de interferir no processo produtivo. Por outro lado, foi capturado por toda uma rede de relações sociais destinada a mantê-lo submetido ao novo método de produção não somente pela coerção, mas pelo seu consentimento.

¹⁰ Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos principais dirigentes intelectuais do movimento comunista na Europa da primeira metade do século XX. Foi preso por conta de manobras do regime fascista, permanecendo encarcerado de 1926 a 1934. Quando já estava com a saúde debilitada deixou a prisão em liberdade condicional. Sua obra não é sistemática e pode ser dividida em três partes: os *Escritos Políticos*, os *Cadernos do Cárcere*, redigidos durante sua prisão, e a *Correspondência*. A obra de Gramsci sempre foi suspeita de certa heresia, as teses e questões (bem como as interpretações que recebeu) foram por ele formuladas num momento em que a Revolução Comunista se tornara realidade na Rússia bolchevique de 1917 e se fazia premente a necessidade de repensar a composição do Estado comunista, do Partido, da sociedade comunista como um todo. O ensaio *Americanismo e Fordismo* compõe o Caderno 22, de 1934, da obra *Cadernos do Cárcere*. Nele o filósofo italiano faz uma aproximação inicial do fenômeno apontando no sentido do incremento pelo Estado de uma capacidade de “regulação social”. Uma leitura da obra gramsciana nesta direção permite aproximá-lo da tese negriana da “forma-Estado”, podendo, também, ser interpretada hoje em termos de biopoder e biopolítica. Cf. BALIBAR, E. *A filosofia de Marx*. Trad. Lucy Magalhães, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 66. BENSUSSAN, G.; LABICA, G. *Verbetes Gramscismo*. In. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Quadrige, 1999. pp. 509-514. NEGRI, A. Resenha sobre a obra Peter D. Thomas, *The gramscian moment: philosophy, hegemony and marxism*. Historical Materialism Book Series, vol. 24, Brill, Leiden/Boston, 2009. Disponível em: <http://antonionegriinenglish.wordpress.com/2011/04/28/negris-review-of-peter-thomas-book-the-gramscian-moment/>. Acesso em: 31 jan. 2013.

Num dos seus escritos do cárcere, Gramsci abordou com riqueza o tema Americanismo e Fordismo, apreendendo a magnitude da transformação social acarretada pelo Fordismo. Realizou a análise de um conjunto de fatores existentes para a emergência do então novo método produtivo e seu momento de implantação na América que aqui retomaremos em alguns pontos.

Em primeiro lugar, destacou a importância da composição populacional norte-americana que forneceu um grande exército de reserva a ser manipulado pelo sistema fordista.

A introdução do Fordismo na América foi facilitada, segundo o pensador italiano, pela ausência de uma maior complexidade na divisão de classes própria da história recente da América. Diferente da condição social da Europa, que por suas tradições estaria marcada pela existência de um amplo leque de “classes parasitárias”, para os Estados Unidos pesou de forma significativa a miscigenação da população, a presença dos americanos negros e o forte ingresso de imigrantes utilizados como mão de obra pelas corporações fordistas¹¹.

Um fato relevante cuidadosamente sublinhado por Gramsci foi a necessidade de uma adaptação psicofísica do trabalhador à produção fordista. O operário teve que se adaptar a um modo determinado de realizar seu trabalho que exigia apenas movimentos físicos, deixando em segundo plano qualquer atividade cognitiva ou comunicativa:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalhador profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.¹²

Ele percebeu a cisão que o método Ford operava entre mente e corpo, um processo de radicalização que separava trabalho manual e trabalho intelectual e que exigia que o operário esquecesse ou ao menos não refletisse sobre o conteúdo

¹¹ David Harvey aponta a possibilidade de utilização do fluxo de mão de obra imigrante e capacidade de mobilizar exércitos de reserva na América rural como um dos elementos utilizados para ultrapassar os impedimentos à disseminação do Fordismo. Cf. HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 123.

¹² GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 266.

intelectual do seu trabalho¹³.

Diante da “brutalidade” do novo método e partindo da conjuntura anterior em que prevalecia o operário qualificado, seria difícil a aceitação por parte dos trabalhadores de uma forma de produção que exigia a adequação do trabalhador a longas horas de trabalho rotinizado e que retirava de modo quase absoluta qualquer controle sobre o projeto, ritmo e organização do processo produtivo. Para vencer a resistência dos operários alguns mecanismos foram desenvolvidos. Mecanismos estes que não passavam apenas pela coerção, mas pelo consentimento.

Na visão de Gramsci, o puritanismo e o proibicionismo próprios do homem médio norte-americano ocuparam lugar fundamental na efetiva implantação do Fordismo. Para assegurar a alta produtividade, o operário fordista não deveria despender energia vital com atividades outras que não o trabalho, ou seja, deveria preservar sua força física. A preocupação era, então, criar hábitos compatíveis com as necessidades do trabalho. Daí ser necessário conter o instinto sexual, organizar a família com o fim de alcançar uma atividade sexual regrada, combater ao alcoolismo, o jogo e toda conduta que de alguma forma pudesse caracterizar uma vida boêmia.

Essa função de moralização não foi assumida apenas pela organização industrial, mas também pelo Estado¹⁴. A insistência no combate ao alcoolismo nos Estados Unidos, por exemplo, pode ser associado à drástica proibição à produção, comércio e consumo de álcool em todos os estados americanos normatizada pela Décima Oitava Emenda Constitucional que entrou em vigor em 1920 e teve aplicação durante treze anos.

¹³ Gramsci parece apontar para a crise dessa separação mente/corpo, com um possível movimento de resistência dos operários ao modo de produção fordista, quando afirmar que “Compreenderam [os industriais norte-americanos] que ‘gorila amestrado’ é uma frase, que o operário ‘infelizmente’ continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreende que se quer reduzi-lo a gorila adestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas”. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 272.

¹⁴ “É possível que também outras lutas ‘puritanas’ se tornem funções do Estado, caso a iniciativa privada dos industriais se revele insuficiente ou caso se desencadeie uma crise de moralidade excessivamente profunda ou extensa entre as massas trabalhadoras, o que poderia ocorrer em consequência de uma longa e ampla crise de desemprego.” GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 268.

Na América, a racionalidade do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que *é também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.¹⁵

Outro elemento fundamental do Fordismo foi o pagamento de altos salários, ao menos acima da média dos demais trabalhadores. Representava uma forma provisória de redistribuição de renda, visando, por um lado, obter a adesão dos operários ao novo método de produção, que poderia sair à maior custo caso fossem apenas adotados meios violentos de coerção. Noutra sentença, destinava-se a conservação da força de trabalho, e neste ponto é um aspecto que se relaciona intimamente com a insistência em se desenvolver o sentido do puritanismo nos operários, para evitar que a renda dos salários fosse utilizada para danificar ou destruir esta mesma força com comportamentos moralmente impróprios.

Dois aspectos muito relevantes podem ser sublinhados neste ensaio. Primeiro, Gramsci percebeu que o Fordismo estava, definitivamente, destinado a forjar *um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador*¹⁶. Em segundo lugar,

¹⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 266 (grifos no original). Gramsci ressalta a necessidade de criação de uma nova ética sexual adequada aos novos métodos de produção e de trabalho: “Revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos.” GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 269.

¹⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 248. O que Gramsci trata como “forjar um novo tipo de homem” nos remete a algumas das teses do poder disciplinar que será construída por Foucault tempos depois. Embora não caiba aqui um exame detalhada sobre o poder disciplinar, chamamos atenção para a seguinte passagem do ensaio de Stéphane Legrand, *O marxismo esquecido de Foucault*: “O que se refere às carteiras de trabalho, que permitem por sua vez inibir a mobilidade dos trabalhadores dependentes, de efetuar uma vigilância constante e de operar um “fichamento” para o jogo de apreciações positivas e negativas; as medidas contra a embriaguez; o controle das finanças operárias por poupança; as visitas domiciliares efetuadas a pedido dos tribunais do trabalho – coloca-se em prática todo um sistema que procura organizar a vigilância mais completa possível, uma notação permanente e cumulativa de irregularidades de conduta, um controle flexível, um jogo de sanções e de recompensas, uma pressão permanente feita de promessas e ameaças, quer dizer, um amplo leque de protocolos disciplinares ordenados de

tornava-se nítido que o Estado assumia um papel cada vez maior como ator social e econômico¹⁷, papel do qual não mais poderia se esquivar.

Assim, em resposta à questão que coloca a si mesmo, qual seja, se é possível a generalização do método Ford, ou seja, “se é possível, com a pressão material e moral da sociedade e do Estado, fazer com que os operários como massa sofram todo o processo de transformação psicofísica capaz de transformar o tipo médio do operário Ford no tipo médio de operário moderno”, Gramsci responde afirmativamente, desde que ocorra “uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da ‘coerção’, mas somente por meio de uma *combinação entre coerção (autodisciplina) e persuasão*”¹⁸.

2.3.1

O papel da classe operária

Antonio Negri faz sua própria leitura do Fordismo. Segue a direção que Gramsci parece apontar ao ressaltar o método Ford como fenômeno de transformação social e o papel do Estado interventor, mas sua reflexão alcança nova dimensão.

Negri preocupa-se em demonstrar em que medida o Fordismo é resultado da luta de classes e, de forma mais geral, em indicar que os avanços do capital somente ocorrem em meio ao movimento de lutas da classe operária¹⁹.

maneira prevalente à manutenção e à construção de relações de produção capitalistas.” LEGRAND, Stéphane. Le marxisme oublié de Foucault. *Actuel Marx*, 2004/2 n° 32, p. 27-43. DOI: 10.3917 /amx. 036.0027. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2004-2-page-27.htm>. Acesso em 08 jun. 2012 (tradução nossa). Sobre a relação entre disciplina e produção remetemos o leitor ao capítulo 4.

¹⁷ Na parte final do opúsculo, Gramsci aborda de forma direta a função do Estado como agente econômico no sistema capitalista a partir da depressão econômica da década de 1920: “O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (*holding* estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor de médio e longo prazo (...) O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados, (...). Com efeito, não se trata apenas de controlar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 277.

¹⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 275. (grifo nosso)

¹⁹ Utilizaremos como base para desenvolvimento deste tópico o ensaio *John Maynard Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929*, datado de 1967, além de outros que compõem a obra *La*

Segundo Negri, a crise de 1929 é resultado direto da Revolução Russa de 1917 e da definitiva constituição da classe operária como sujeito político. Um processo de constituição que se inicia na França com a Revolução de junho de 1848 e se estende até 1870 com a Comuna de Paris, e é retonado entre 1870, após a derrota da Comuna, até 1917 com a vitoriosa Revolução Comunista.

Com a Revolução de 1917 o sistema capitalista passou por uma reviravolta, uma modificação da composição de suas forças que não poderia mais retornar ao passado. A esta transformação, contudo, o capitalismo permaneceu cego até 1929, quando o *laissez-faire* se tornou insustentável. Não bastava mais a “mão invisível” para regulação do mercado, daquele momento em diante seria necessário negociar com a classe operária.

De fato, a Revolução Russa e suas consequências precisavam ser enfrentadas pelos Estados capitalistas. Inicialmente, buscaram o isolamento militar, político e diplomático da Rússia, entendendo a ameaça comunista como algo exterior. Logo perceberam que a questão não era tão simples. A Revolução Comunista, ao tornar realidade a possibilidade de sua organização política independente do capital, constituiu em definitivo a classe operária como sujeito político e criou um ponto de identificação política para a classe operária internacional²⁰, de tal forma que a ameaça deixou de ser apenas externa e passou a ser também, e principalmente, interna.

A resposta do capital à ameaça trazida pela Revolução Comunista foi a mesma dada até então: primeiro, repressão violenta para derrotar o movimento político da classe operária e, em seguida, reabsorção da força de trabalho mediante um salto tecnológico²¹.

Foi este movimento de repressão violenta e “repressão tecnológica” que pode ser observado nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, quando se difundiu o Fordismo.

Nos Estados Unidos, o *International World Workers* (IWW) foi, no início do século XX, uma das principais organizações de trabalhadores a protagonizar as lutas de classes. Visto historicamente como um movimento anarco-sindicalista

forma-estado. Cf. NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. pp. 183-213.

²⁰ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 184.

²¹ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 193.

cujas ideias foram trazidas para a América nas primeiras décadas do século por imigrantes politicamente radicais, desde sua origem esteve articulada ao Partido Socialista Americano, que defendia a via eleitoral para a construção do socialismo. O IWW logo se constituiu como movimento dos trabalhadores americanos, brancos e negros, trabalhadores rurais e urbanos. Na primeira década do século XX, foi o principal responsável por convocação e organização de greves gerais nos Estados Unidos²².

Alguns números podem ajudar a entender a dimensão da luta operária àquela época: em 1914 e em 1915 o número de greves foi de 1.204 e 1.593, respectivamente. Em 1916, o número de paralisações passou para 3.789 e em 1917 chegou a 4.450, alcançando a adesão de respectivamente 1.600.000 e 1.230.000 operários. Em 1919 foram 3.630 movimentos de greve, com a adesão de 4.160.000 de operários, ou seja, 20,2% de toda a mão de obra empregada²³.

Os anos de fortalecimento do IWW foram seguidos de dura repressão por parte das autoridades norte-americanas. Nesse período foram aprovadas pelo Congresso duas importantes leis, o *Espionage Act*, de 1917, seguido do *Sedition Act*, de 1918. Com amparo legal, todos os movimentos considerados politicamente radicais, principalmente o IWW, foram duramente perseguidos²⁴.

Naturalmente, o uso da violência não seria suficiente, daí a difusão do Fordismo e do Taylorismo como “caminho tecnológico de repressão”. As novas técnicas de produção cumpriram sua função de reabsorve a força de trabalho ao mesmo tempo em que desorganizava o movimento operário.

²² LIMONCIC, F. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*. Rio de Janeiro, 2003. p. 34-35. Tese. Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²³ TRONTI, M. *Obreros y capital*. Trad. Oscar Chávez Hernández, David Gamez Hernández, Carlos Prieto Del Campo. Madrid: Akal, 2001. p. 293.

²⁴ “Em 1918, 101 militantes do IWW foram levados a júri na Corte Federal de Chicago, acusados de sabotagem e conspiração contra o esforço de guerra. O IWW foi desarticulado e, em alguns estados, a simples filiação a ele passaria a constituir crime. Após a greve de 1919, intensificou-se a repressão com a prisão de 250 membros da União dos Trabalhadores Russos. Em dezembro, 249 trabalhadores, sobre os quais não pesava qualquer acusação formal, foram deportados para a Rússia, inclusive a líder anarquista Emma Goldman. Em janeiro de 1920, em uma única noite, 4 mil trabalhadores supostamente comunistas foram presos em 33 cidades, a maioria sem mandado judicial, sendo-lhes negados direitos constitucionais básicos: foram mantidos incomunicáveis, interrogados com violência e, em algumas cidades, submetidos a tratamento público humilhante, algo que deixaria chocados mesmo os conservadores, pela sua flagrante ilegalidade. Ao todo, algo em torno de 600 pessoas foram deportadas no período, que deixou como principais símbolos os anarquistas Sacco e Vanzetti, presos em 1920 e executados em 1927.” LIMONCIC, F. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930*. Rio de Janeiro, 2003. p. 89-90. Tese. Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Taylorismo e fordismo cumprem esta função imediata: afastar o partido bolchevique da classe através da massificação do modo de produção e da desqualificação da força de trabalho, introduzindo no processo produtivo novas forças proletárias, destruindo a força de enfrentamento das vanguardas anteriores e impedido que se reconstruam.²⁵

A coerção e o caminho tecnológico da repressão por si só serviriam de forma muito breve à preservação do sistema de produção capitalista. A ofensiva operária, segundo Negri, somente poderia ser contida pelo capital com uma verdadeira reconstrução do sistema capitalista que implicaria “fazer com que o Estado descesse até a sociedade”.

2.3.2 Negri e a teoria keynesiana

A crise de 1929 representou o ocaso do *laissez-faire* e do Estado de Direito cuja função era proteger os direitos individuais, em especial a propriedade e a iniciativa privada. Como uma resposta à crise econômica nacional, o modelo do *New Deal* foi um desenvolvimento próprio da política norte-americana, através do qual toda a sociedade civil foi absorvida de forma crescente pelo Estado. Após a Segunda Grande Guerra, esse modelo de Estado interventor e regulador de todos os aspectos da vida social e de todas as articulações produtivas e reprodutivas se propagou entre os países de capitalismo dominante como instrumento para recuperação mundial.

No ensaio *John Maynard Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929*, Negri defende a tese segundo a qual o “Estado social” nasce como alternativa a partir da leitura que Keynes faz da crise de 1929, reconhecendo a nova composição das forças econômicas e propondo a partir daí a reestruturação

²⁵ NEGRI, A. *La forma-Estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 185 (tradução nossa). Mais adiante afirma: “o movimento dos conselhos, a imponente pressão do sindicalismo revolucionário de começos da década de 1920, é derrotado – ou, para ser mais preciso, se lhes arrebatou a possibilidade mesma de dialética revolucionária que se organizava entre as vanguardas de classe e a massa proletária – graças à introdução das novas técnicas de racionalização do trabalho, ao achatamento da qualificação, graças à cadeia de montagem. Como sempre, o primeiro efeito da luta operária sobre a estrutura do capital é reformista: aqui, em começos da década de 1920, determina-se uma inovação tecnológica geral, impõe-se ao capital uma absorção da pujança operária mediante uma expansão determinada pela renovação radical da combinação de fatores produtivos.” NEGRI, A. *La forma-Estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 193.

capitalista do Estado de modo a interiorizar a classe operária no capital²⁶.

A crise de 1929, como já referido, é resultado, segundo Negri, da nova composição de forças econômicas que emerge da Revolução Comunista de 1917. Partindo dessa compreensão ele busca desenhar como a percepção dessa alteração das relações de força entre as classes em luta evolui no pensamento de Keynes²⁷ desde sua experiência na Conferência de Paris, que resultou na publicação de *As consequências econômicas da paz*, até sua principal obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

Negri procura demonstrar que em 1919 a intuição desse câmbio já estava presente na reflexão de Keynes²⁸, embora este ainda concebesse a “questão russa” como externa aos demais Estados capitalistas – como uma questão a ser tratada entre Estados nacionais. Neste sentido, Keynes limitou-se a apontar como solução “estimular e ajudar a Alemanha a assumir novamente seu lugar na Europa; como fonte de criação e ordenação de riqueza dos seus vizinhos orientais e meridionais”²⁹, dentre eles a Rússia bolchevique. No entanto, já se percebia sua imensa preocupação com as consequências que as privações poderiam ter sobre o ânimo das populações.

O perigo que enfrentamos na Europa, portanto, é a rápida queda do padrão de vida, até um ponto em que parte da população passe fome (situação a que já se chegou na Rússia e de certa forma também na Áustria). Nem sempre as pessoas aceitam morrer de fome em silêncio: algumas são dominadas pela letargia e o desespero, mas outros temperamentos se inflamam, possuídos pela instabilidade nervosa da histeria, podendo destruir o que resta da organização social, e submergindo a civilização com suas tentativas de satisfazer desesperadamente as necessidades individuais. É contra esse perigo que todos os nossos recursos, nossa coragem e idealismo devem cooperar.³⁰

Dois anos depois da Conferência, em *A Revisão do Tratado*, Keynes

²⁶ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 187.

²⁷ Segundo Negri, Keynes foi quem com mais perspicácia analítica e mais refinada intuição política, se dedicou a estudar as vicissitudes do capitalismo entre 1917 e 1929, oferecendo melhor diagnóstico e terapêutica para a classe capitalista internacional, defendendo uma nova forma capitalista de Estado. NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 188.

²⁸ Em *As consequências econômicas da paz*, Keynes afirma expressamente que “as forças econômicas do século dezanove se esgotaram” e nesse sentido apresenta sua argumentação quanto às soluções que deveriam ser adotadas para a reconstrução da Europa após a Primeira Grande Guerra. KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0042.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

²⁹ KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0042.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

³⁰ KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0042.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2013.

manteve sua linha de pensamento. Ao lançar novo olhar sobre a condição da Europa e as consequências do Tratado de Versalhes, afirmou: “Há dois anos o tratado que ofendia a justiça, a piedade e a sabedoria, representava a vontade momentânea dos países vitoriosos. Tiveram as vítimas a vontade de aguardar? Ou foram empurradas pelo desespero e pelas privações a transformar os fundamentos da sociedade? Agora temos a resposta: as vítimas tiveram paciência...”³¹.

A partir daí, insistindo na interiorização do elemento político na economia, Keynes promoveu uma crítica radical à teoria liberal de Say, contestando os princípios de separação entre Estado e Mercado e o *laissez-faire*. Sustentou expressamente que a lei de Say não tinha mais validade, pois as variáveis de equilíbrio econômico e político haviam se alterado³². A crítica de Keynes à lei de Say, sustenta Negri, atacou o coração da economia liberal ao desfazer a concepção de um equilíbrio natural entre oferta e demanda e um acesso ilimitado ao mundo de riquezas.

Em *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, obra de 1936, Keynes propôs um novo equilíbrio, que deveria se sustentar não sobre a “natural mão invisível”, mas sobre um sistema que atribuísse ao Estado a condição de sujeito global da vida econômica.

O ponto de partida para o economista britânico foi interrogar qual a origem da crise de 1929. Keynes conclui que ela procede de uma oferta excedente, que influi diretamente – para reduzi-los – sobre os níveis de investimento líquido e, por fim, influi – também para reduzi-los – sobre os parâmetros de eficiência marginal do capital³³.

O grande avanço da teoria keynesiana, como defende Negri, foi trazer a classe operária para *o interior do* capital como momento autônomo na dinâmica de lutas.

Segundo Keynes a crise de 1929 solapara a confiança no futuro e seria

³¹ KEYNES, J. M. The Revision of treaty. Apud. NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánches Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 192 (tradução nossa).

³² Negri reproduz a fala de Keynes na Conferência “Sou liberal?”, de 1925, na qual o economista inglês afirma que “os sindicatos de trabalhadores são fortes o bastante para interferir no livre jogo das forças da oferta e da demanda, ao passo que a opinião pública, ainda que num murmúrio de descontentamento e com muitas suspeitas de que os sindicatos estão se tornando perigosos, apoia sua tese principal segundo a qual os mineiros de carvão não devem ser vítimas de cruéis forças econômicas que em nenhum momento puseram em marcha”. NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánches Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 194-195. (tradução nossa)

³³ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánches Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 199. (tradução nossa)

necessário resgatá-la para que o capitalismo pudesse sobreviver. Caberia, então, ao Estado intervir para que a confiança se restabelecesse, seu papel seria “proteger o presente do futuro”.

Em primeiro lugar, a intervenção deveria ocorrer para assegurar o respeito ao direito, nesse sentido, o Estado garantiria o cumprimento das obrigações, ou seja, atuaria no reino do “dever-ser”³⁴. A intervenção deveria ser feita também em outro plano, o Estado precisaria se tornar capital e organizar a produção, ou seja, agir no mundo dos fatos. Neste caso, o Estado passaria a ter função de agir no presente e planejar o futuro, regular o fluxo de poupança e investimento, assegurar a demanda efetiva, de forma geral, assumir o papel de ator global da vida econômica.

A figura jurídica e indireta da intervenção estatal não é suficiente. Não é suficiente o fato de que o Estado garanta a convenção econômica fundamental que une presente e futuro: é necessário algo mais, que o Estado se faça por sua vez estrutura econômica e – como estrutura econômica – sujeito produtivo. É necessário que o Estado passe a ser o centro de imputação de toda vida econômica. Que formidável progresso!³⁵

Para Negri, ao propor a reforma capitalista do Estado tornando-o garantidor do presente contra a incerteza futuro, Keynes reconhece e insere a luta operária no interior da estrutura capitalista. Proteger o presente do futuro significaria atuar para reduzir as tensões sobre o futuro causadas pelas luta da classe operária e assegurar a confiança para o investidor capitalista. Até aqui, considerar o papel da luta operária como ameaça ao futuro é *externo ao capital*, ainda que, inserido em sua estrutura, determine sua reforma.

A leitura que Negri faz de Keynes demonstra que “o formidável passo adiante que a ciência do capital leva adiante com Keynes consiste no reconhecimento da classe operária como momento autônomo *dentro do capital*”³⁶, Keynes faz isso com a introdução da teoria da demanda efetiva. Negri segue expondo:

A grande crise ocorreu quando um excedente de oferta foi determinado em uma situação política de compressão da demanda, da propensão ao consumo, até o ponto de determinar um desequilíbrio de grande magnitude que influiu no

³⁴ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 200 (tradução nossa)

³⁵ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 202 (tradução nossa)

³⁶ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 204 (tradução e grifo nossos)

investimento líquido. O diagnóstico leva imediatamente a uma terapia: elevar a propensão ao consumo, o volume de demanda. Sem embargo, dado que as variações da propensão ao consumo são na essência variações de renda medidas em unidades de salário, então o equilíbrio correspondente a um estágio de demanda efetiva realizada se alcançará em torno do valor que faça com que o nível de ocupação operária determine o preço da oferta global da quantidade de produto e da expectativa de benefício empresarial. (...) “A unidade de salário, tal e como é determinada pelas negociações entre empregadores e trabalhadores”, constitui com efeito a “variável independente definitiva” (*) fundamental. Aqui, em torno deste motivo, a teoria keynesiana se descobre: constatação e uso da força objetiva da classe operária apreendida em sua autonomia. Esta não pode ser reprimida, não pode ser eliminada, a única possibilidade consiste em apreender seu movimento, em regular sua revolução.³⁷

Nesse ponto, a interpretação da teoria keynesiana defendida por Negri se insere por completo na linha de pensamento para o qual o desenvolvimento capitalista somente pode se afirmar na dinâmica e potência da luta operária.

2.4

A consolidação de um novo ciclo

A composição entre Fordismo e Estado interventor constitui um ponto de guinada do capitalismo. O abandono do *laissez-faire* e a partir daí a incontestada necessidade do Estado como agente econômico, como capital social, reuniu economia e política, sociedade civil e processo de produção de modo a não mais poderem se dissociar.

O *New Deal* norte-americano foi a mais acabada expressão dessa combinação Fordismo-intervenção estatal, subordinando ao comando do capital e do Estado todos os elementos sociais de produção e reprodução. A consequência não poderia ser outra, o campo de luta operária passou da fábrica à sociedade, deixou o limite da relação salarial e assumiu a proporção de disputa da classe operária como sujeito político.

A esse campo de lutas operárias dedicaremos o próximo capítulo, propondo como cenário a Itália das décadas de 1960 e 1970, nascedouro do Operaísmo.

³⁷ NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 205 (tradução nossa) (*) Negri cita Keynes: J. M. Keynes, *Teoria geral*, cit. p. 326. Em outra passagem Negri deixa igualmente clara a relação demanda-classe operária: “Porque quando se diz ‘demanda’ se diz classe operária, diz-se movimento de massa que encontrou uma identidade política, diz-se possibilidade de insurreição e de subversão do sistema.” NEGRI, A. *La forma-estado*. Trad. Raúl Sánchez Cedillo. Madrid: Akal, 2003. p. 200 (tradução nossa)